

PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS E EXPANSÃO ESCOLAR EM SÃO PAULO (1889-1930)

Marcia de Paula Gregorio Razzini (PUC-SP/Fapesp)

3 – Cultura e práticas escolares

A pesquisa “Produção de livros didáticos e expansão escolar em São Paulo (1889-1930)”, focaliza a produção e circulação de livros didáticos em São Paulo nas primeiras décadas da República, a partir da produção de três editoras: Livraria Francisco Alves, Tipografia Siqueira e Editora Melhoramentos. O estabelecimento de parte da produção didática e a contextualização das adoções de livros nas escolas estaduais neste período visam contribuir com a história do livro didático brasileiro e com pesquisas que têm o livro didático como fonte e/ou como objeto de análise.

Tal pesquisa de pós-doutorado está vinculada ao Projeto Temático “Educação e memória: organização de acervos de livros didáticos”, apoiado pela Fapesp, e desenvolvido na Faculdade de Educação da USP por professores da USP e da PUC-SP.¹

Em 2005, foi concluída a parte relativa à Livraria Francisco Alves, no Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE-USP, sob a supervisão da Profa. Maria Lúcia Hilsdorf e, neste mesmo ano, com apoio da Fapesp, foi iniciada a parte referente às outras duas editoras, junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da PUC-SP, sob a supervisão do Prof. Kazumi Munakata, que coordena o Grupo de Pesquisa História das Disciplinas Escolares e do Livro Didático.²

Este artigo apresenta alguns dados relativos à produção didática da Livraria Francisco Alves, editora que, em 2004, completou 150 anos de existência. O levantamento desta produção didática se baseou em dois documentos da própria editora, um manuscrito inédito e sem data (mas próximo do ano de 1925) e um impresso, de 1954, publicado para comemorar o centenário da editora.

Para compreender as validações oficiais e contextualizar a escolha dos livros didáticos direcionados ao ensino público elementar, procurou-se primeiro entender como

¹ O Projeto Temático compreende a organização da Biblioteca do Livro Didático, do Banco de Dados LIVRES, disponível em: <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/index.htm>, acessado em 18/08/2006; e das pesquisas individuais e coletivas da equipe.

² Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/ehps/1/links_pesquisas/historia_disciplinas_escolares.php, acessado em 18/08/2006.

funcionava a escola, seja através de sua legislação, dos programas e grades curriculares e de outros documentos oficiais, seja recorrendo à bibliografia de história da educação.

A modernização da educação popular em São Paulo, traduzida na invenção dos Grupos Escolares (assim chamados porque agrupavam escolas que antes funcionavam separadamente; e opunham-se, portanto, às Escolas Isoladas), buscou um distanciamento da escola imperial e uma identificação com os avanços do século XIX, por meio não só da adoção de arquitetura específica e nova organização do tempo e do espaço escolar, mas também prescrevendo métodos de ensino e adotando diversos materiais escolares (Carvalho, 2002; Souza, 1998).

A nova organização escolar visava o emprego cada vez maior do modo simultâneo, quando o ensino “é dado ao mesmo tempo e diretamente pelo professor, a todos os alunos, entre os quais existe uma certa igualdade de forças” (Carvalho, 1909, p. 58).

Ao mesmo tempo, procura-se adotar oficialmente em São Paulo o método intuitivo, processo de aprendizagem em voga no Brasil desde a década de 1870, que dava muita importância à intuição, à “observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar” (Faria Filho, 2000, p. 143).

Com relação às validações oficiais, desde o início da República o governo paulista controlou a adoção dos livros didáticos nas escolas públicas primárias, quer seja sob a alegação da necessidade de uniformização do ensino, quer seja porque legislava sobre programas e currículos, ou ainda porque se convertera em principal comprador do produto (São Paulo, 1894). Assim, só poderiam ser adotados nas escolas públicas os livros didáticos aprovados previamente pelo Conselho Superior de Instrução Pública e, mais tarde, quando este foi extinto (1897), pela Diretoria Geral de Instrução Pública e, sucessivamente, pelas comissões designadas pelo estado.

Inicialmente, os livros escolares comprados pelo governo paulista eram destinados aos alunos mais carentes, mas em 1913, a propaganda da Instrução Pública anunciava que em São Paulo o governo fornecia “gratuitamente às escolas: papel, pena, tinta, lápis, livros didáticos, etc” (São Paulo, 1913, p. 4), informação sempre contraditória quando confrontada com relatórios de inspetores e diretores de escolas que afirmavam a precariedade do ensino e a falta de material didático, sobretudo nas Escolas Isoladas, que “funcionavam em acanhadíssimas salas”, com “dotação muito incompleta” de material didático (*Anuario do Ensino*, 1910, p. 26-27)

Importante notar a diferença entre os livros aprovados e os livros adotados pelo governo. Os primeiros estavam liberados para o uso nas escolas públicas, enquanto os últimos eram aqueles que seguramente seriam comprados e estocados pelo poder público para fornecimento às escolas.

Outro fator relevante do controle estatal na adoção de livros didáticos era o estabelecimento de que só os livros de leitura deveriam ser destinados ao uso dos alunos, restrição que, de saída, eximia o governo paulista de fornecer livros didáticos das demais matérias, às quais ficariam a cargo da “palavra do mestre”. Sem menosprezar as implicações econômicas, o que explica, em parte, a determinação oficial do uso exclusivo dos livros de leitura para os alunos é que a leitura havia se tornado uma prática escolar hegemônica nos quatro anos do curso primário, não só porque o ensino de língua materna detinha a maior carga horária do currículo, mas também porque se tornara a base do modo simultâneo e do ensino de outras matérias. Tal escolha explica também a multiplicidade de temas relacionados às outras matérias do currículo que passaram a fazer parte do *corpus* de textos dos livros de leitura.

A precedência do ensino de língua materna sobre as demais disciplinas do currículo e a proeminência da leitura como sua principal atividade, ambas reforçadas pela determinação oficial de que os livros de leitura eram os únicos adequados para uso dos alunos, dimensionam a importância que os livros de leitura assumiram na formação do cidadão republicano, mobilizando diversos temas e conteúdos (morais, cívicos, científicos, higiênicos, geográficos, históricos, cotidianos, infantis, etc) com o objetivo de forjar uma educação moderna e civilizada, comprometida com a “ordem” e com o “progresso” da nação. Portanto, os livros didáticos para o ensino público primário que emergem desse controle estatal e dessa expansão escolar são os chamados livros de leitura, ou seja, as cartilhas de alfabetização e os livros de leitura (graduada ou não), complementados por outros produtos também dirigidos aos primeiros anos do curso primário, como as coleções impressas de cadernos graduados de linguagem, de caligrafia, de cartografia e de desenho.

Compreende-se, assim, o papel relevante que os livros de leitura passaram a representar para a expansão do mercado de livros didáticos.

Portanto, ainda que restrito aos Grupos Escolares, o projeto republicano para a instrução popular promoveu uma renovação dos materiais didáticos como meio de garantir a uniformização dos conteúdos e o cumprimento dos programas graduados de ensino. Nesse sentido, a escolha dos livros didáticos tornava-se crucial para a organização e controle dos programas estabelecidos pela legislação. Embora sua instalação fosse muito

dispendiosa, o sucesso dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo fica patenteado tanto nas sucessivas inaugurações de novos prédios, como no aumento das matrículas, ou ainda no desdobramento dos turnos das unidades situadas nas zonas mais populosas. É deste ponto de vista que se pode afirmar que a expansão da escola pública elementar em São Paulo influenciou a expansão da produção de livros escolares, a qual passou a ter significativa participação no crescimento do setor.

Desde a década de 1890, observava-se grande desenvolvimento da indústria gráfica no estado de São Paulo, sobretudo das tipografias dedicadas ao impresso comercial (rótulos, embalagens, propaganda, folhinhas, cartão-postal, envelopes e papel de carta) que, junto com o jornal, a revista e o cartaz, aliava-se “às melhorias dos transportes, ampliando os meios de comunicação e potencializando o consumo de toda ordem” (Martins, 2001, p. 166).

Assim, além de acompanhar o movimento de expansão do setor gráfico, a produção didática se beneficiava de suas inovações técnicas (litografia, fotolitografia, zincografia; impressão sobre cobre, com gelatina sensível à luz, com rotativa; novos processos de fabricação e branqueamento do papel) e do aumento do público leitor que ela mesma ajudava a formar nas escolas elementares.

Foi apostando nas reformas republicanas e na expansão da educação popular que a Livraria Francisco Alves, editora tradicional do segmento de livros didáticos, fundada em 1854 no Rio de Janeiro, expandiu seus negócios em São Paulo, abrindo sua primeira filial em 23 de abril de 1894, à Rua da Quitanda n.º 9.

Para abrir a agência de São Paulo, os editores Nicolau Alves e seu sobrinho, Francisco Alves de Oliveira, se associaram a Manuel Pacheco Leão, filho do bacharel Teófilo das Neves Leão, professor jubilado de História e Geografia da Escola Normal do Rio de Janeiro. Após comprar “a parte de seu tio” (1897) e tornar-se “o único dono da casa, em 1902” Francisco Alves “admitiu como sócio minoritário” Manuel Pacheco Leão” (Bragança, 2002, p. 75), sendo que a filial de São Paulo, já em novo endereço (Rua São Bento, 45), passou a ter como gerente Paulo Ernesto de Azevedo (*Revista pedagógica*, 1890, p. 10; Livraria Francisco Alves, 1954; Hallewell, 1985).

A partir de impresso produzido pela Livraria Francisco Alves (1954), publicado em comemoração aos cem anos da editora, onde foi incluída uma “*Relação completa das obras publicadas*” pela casa, foi elaborada uma tabela com a quantidade de títulos novos lançados (veja a seguir), onde fica patente a importância da Livraria Francisco Alves como editora de livros escolares. Embora sejam dados parciais, pois não estão computadas as

reedições, que eram freqüentes, na tabela foi respeitada a classificação apresentada na referida “*Relação*” para os diferentes segmentos de livros produzidos pela editora, divididos em nove seções.

Títulos novos lançados pela Livraria Francisco Alves, por décadas.

| Anos | Literatura | Belas-Artes | História e Geografia | Ciências Sociais e Políticas | Ciências Puras e Aplicadas | Vulgarização e Conhecimentos Úteis | Línguas | Livros de Ensino | Livros Religiosos | Fora do catálogo de 1954 | Total |
|--------------|------------|-------------|----------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------------|-----------|------------------|-------------------|--------------------------|-------------|
| 1860 | | | | | | | | 2 | | | 2 |
| 1870 | 1 | | | | | | | 16 | 2 | | 19 |
| 1880 | 2 | | | | | 1 | 2 | 41 | 5 | | 51 |
| 1890 | 9 | | 1 | 4 | 2 | | 1 | 86 | | | 103 |
| 1900 | 16 | | | 8 | 2 | 2 | 7 | 87 | 5 | 2 | 129 |
| 1910 | 75 | | 1 | 68 | 14 | 14 | 14 | 130 | 3 | 23 | 342 |
| 1920 | 51 | | 7 | 5 | 19 | 4 | 2 | 79 | 1 | 1 | 169 |
| 1930 | 16 | | 2 | 12 | 23 | 7 | 6 | 138 | 1 | | 205 |
| 1940 | 9 | 3 | 1 | 4 | 4 | 2 | 2 | 176 | 1 | | 202 |
| 1950 | 4 | | 2 | 1 | | 3 | | 55 | | | 65 |
| sem data | | | | | | | | 16 | | | 16 |
| Total | 183 | 3 | 14 | 102 | 64 | 33 | 34 | 826 | 18 | 26 | 1303 |

Fonte: Livraria Francisco Alves, 1954.

Ao analisar a lista de lançamentos da Livraria Francisco Alves, verifica-se que desde o início de sua existência os livros escolares eram a especialidade da casa, sendo que na década de 1880 eles representavam mais de 80% do catálogo. Sediados no Rio de Janeiro, onde enfrentavam a concorrência de Garnier e Laemmert, líderes do mercado nacional, os editores Nicolau e Francisco Alves mostraram-se perspicazes e habilidosos para reconhecer e atrair autores didáticos com maior potencial de venda. Daí a preferência por títulos de autores estabelecidos no Rio de Janeiro, validados no local, alguns já adotados no Colégio Pedro II, outros no ensino primário.

Quanto ao nível de ensino, percebe-se inicialmente uma produção mais voltada para o curso secundário (em 1878 o catálogo da editora possuía 12 títulos dirigidos ao ensino secundário e 7 ao primário), mas que, a partir da década de 1880, portanto afinados com o período efervescente de debates sobre a educação popular (Kuhlmann Júnior, 2001, p.97-107), os editores começaram a investir substancialmente em livros dirigidos ao ensino elementar (de 1881 a 1889 a Alves & Comp. lançou 20 títulos dirigidos ao ensino primário e 21 ao secundário), adicionando ao catálogo da casa autores já consagrados como Hilário Ribeiro e Felisberto de Carvalho.

Os anos de 1890 testemunharam um grande crescimento da Livraria Francisco Alves, como se pode perceber na tabela acima. De 1890 a 1899 foram acrescentados ao catálogo 103 novos títulos, quantidade bem superior a tudo que fora editado nos 30 anos anteriores (72). Só de *livros de ensino* foram lançados 86 títulos, destacando-se,

sobremaneira, a inclusão de 52 obras dirigidas ao nível primário (contra 36 dirigidas ao secundário). É notável a transferência para a Livraria Francisco Alves de obras cujos direitos de edição pertenciam à Livraria Garnier, tais como as de Felisberto de Carvalho (12 títulos), Olavo Freire (10 títulos), Antonio Moreira Pinto (6 títulos) e Menezes Vieira (4 títulos), autores que lecionavam nas escolas do Rio de Janeiro. Tanto o declínio da editora de B.L. Garnier, a partir de 1891 (Hallewell, 1985, p. 148), quanto os contratos vantajosos que a Livraria Francisco Alves oferecia aos autores (Bragança, 2000, p. 469) podem ter determinado a mudança de editora.

Convém assinalar que o lançamento da *Revista pedagógica* pela então Livraria Clássica de Alves & C., a partir de novembro de 1890, deve ter aproximado mais os editores de alguns desses autores, além de difundir o nome da editora entre seu público alvo. Endereçada aos professores primários, a *Revista pedagógica* era uma publicação mensal do *Pedagogium*, órgão de referência, constituído no Rio de Janeiro pelo governo republicano como “centro impulsor das reformas e melhoramentos” da instrução nacional, sendo que Menezes Vieira, Felisberto de Carvalho e Olavo Freire lá ocupavam, respectivamente, os cargos de Diretor, Sub-diretor e Secretário-conservador (*Revista pedagógica*, n. 1 e 2, nov.1890).

A formidável ampliação do catálogo da Livraria Francisco Alves nos anos de 1890 contou, pela primeira vez, com a entrada de nomes que atuavam no ensino público de São Paulo, como Tancredo do Amaral (4 títulos), Tomás Galhardo (2 títulos), Romão Puiggari (2 títulos) e João Diogo Esteves da Silva (1 título), cujas obras eram dirigidas à escola elementar, destacando-se, entre elas, os livros de leitura, que tinham sido definidos pelo governo paulista como os únicos indicados para uso dos alunos.

A ampliação do catálogo e as sucessivas reedições das obras consagradas devem ter reunido capital suficiente para que a empresa continuasse a crescer de forma substantiva na década seguinte, comprando direitos autorais e adquirindo outras editoras. De 1900 a 1909 foram lançados 129 novos títulos, sendo que 89 eram dirigidos ao ensino (87 pela classificação do catálogo do centenário, somando 2 títulos listados como “Literatura”, as *Poesias infantis* e o *Compêndio de história da literatura brasileira*, mas que tinham sido lançados como livros didáticos). Destes 89 lançamentos didáticos, 35 eram destinados ao nível secundário e 54 ao primário, repetindo a tendência da década anterior, de investir mais nos produtos dirigidos ao ensino primário, cuja expansão, neste início de século XX, começava a se alastrar por quase todos os estados brasileiros.

Entre os 54 títulos do ensino primário, chama a atenção a grande quantidade de livros de leitura graduada, oferta que, reforçada pelo lançamento de quatro coleções de cadernos seriados de caligrafia, cartografia, desenho e linguagem, evidencia a aplicação do ensino graduado nas escolas públicas primárias. Tal produção reflete, ainda, a precedência do ensino de língua materna sobre as demais matérias do currículo e a determinação oficial de adotar só os livros de leitura para uso dos alunos, pois dos 54 livros lançados para o ensino primário, 32 eram para o ensino de língua portuguesa, e entre estes, 28 eram livros de leitura.

Esses anos marcam, ainda, o lançamento dos livros de leitura de Olavo Bilac que, escritos em parceria (com Coelho Neto e Manoel Bomfim), ou não, e explorando temas patrióticos, teriam longa existência. As *Poesias infantis* (1904), os *Contos pátrios* (1904), *Pátria brasileira* (1909) e *Através do Brasil* (1910) tornaram-se célebres *bestsellers* didáticos nacionais, sobrevivendo na escola primária até o final da década de 1960.

A lista de autores que atuavam no ensino paulista também continuou a crescer entre os lançamentos da Livraria Francisco Alves nesse início de século. Os livros didáticos de Arnaldo Barreto, Mario Bulcão, Ramon Roca Dordal, João Köpke, Eduardo Carlos Pereira, Horácio Scrosoppi e Francisco Mendes Viana vinham reforçar bastante o catálogo da editora, não só pela sua aprovação oficial em São Paulo, mas porque foram títulos gerados dentro de um sistema de ensino que começara a servir de modelo para as reformas de ensino de outros estados e, portanto, tinham maior potencial de adoção, como acabou acontecendo, por exemplo, com as cartilhas adotadas em Mato-Grosso (Cardoso e Amâncio, 2004, p. 41-51; Pfromm Netto et al, 1972).

De 1900 a 1909, os professores de São Paulo publicaram pela Livraria Francisco Alves 26 novos títulos didáticos e, no período seguinte, de 1910 a 1919, outros 26 livros escolares seriam lançados no mercado. Entre eles, chama a atenção os lançamentos de Romão Puiggari, Arnaldo Barreto e Ramon Roca Dordal, professores formados pela Escola Normal de São Paulo e funcionários da administração pública escolar paulista. Ao todo, os três autores publicaram pela Livraria Francisco Alves 18 títulos didáticos, produzidos ora separadamente, ora em parceria, os quais seriam incluídos constantemente nas listas de livros aprovados pelo governo de São Paulo.

Entre 1910 e 1919, a empresa comandada por Francisco Alves atingiria a impressionante marca de 342 títulos lançados, sem dúvida, o período mais produtivo da história da editora, cuja cifra jamais se tornaria a repetir.

A análise dos dados aponta que, pela primeira vez, a quantidade de lançamentos de “Livros de Ensino” (130) ficou abaixo das demais categorias, que juntas totalizaram 212 títulos (dos quais 23 não aparecem no catálogo do centenário). Importante destacar que, ao contrário do período anterior, os lançamentos destinados ao ensino secundário (76 títulos) foram superiores aos lançamentos dirigidos ao ensino primário (54 títulos), o que pode ser indício da expansão deste nível de ensino, sobretudo na rede particular, pois a rede pública empregava a maior parte de seus recursos no nível primário. Em São Paulo, por exemplo, além das Escolas Normais, havia apenas três ginásios públicos, um na capital, um em Campinas e outro em Ribeirão Preto.

As reedições, outro fator relevante de análise, também podem ter contribuído para o menor número de lançamentos para o curso primário, pois o prazo de validade dos livros didáticos destinados a este nível de ensino era geralmente muito longo, sobretudo dos livros de leitura.

Os anos de 1912 e 1913 foram os mais excepcionais para a produção de novos títulos (114 títulos), sendo que o ano de 1913 ficou marcado, ainda, pelo contrato que a Livraria Francisco Alves assinou com os Irmãos Maristas para a distribuição exclusiva da Coleção de Livros Didáticos da F.T.D. (sigla que homenageava o Frère Théophile Durand), cujo primeiro título com o selo FTD (*Exercícios de Cálculo sobre as Quatro Operações*) foi publicado no Brasil em 1902 (FTD, 2003, p. 36-44).

Esta fase áurea, iniciada com a inauguração de outra filial em Belo Horizonte (1910), também foi a de maior atividade para o livreiro-editor Francisco Alves, sobretudo quando se considera a data de seu falecimento, em 29 de junho de 1917, o que, certamente, provocou a crise que pôs fim ao fabuloso ritmo de crescimento da editora.

Depois da morte de ambos os sócios (Manuel Pacheco Leão morrera antes de Francisco Alves, em 24 de dezembro de 1913) e depois de cumprido o testamento de Francisco Alves, que deixou imensa fortuna para a Academia Brasileira de Letras, a editora passou a ser dirigida por Paulo Ernesto de Azevedo, cunhado de Pacheco Leão, que permaneceu à frente da casa até 1941 (Livraria Francisco Alves, 1954; *O Estado de S. Paulo* de 25/12/1913, p. 8). Daí o uso da chancela “Livraria Paulo de Azevedo & Cia.” nos livros didáticos, junto (ou não) com a denominação Livraria Francisco Alves.

A trajetória da Livraria Francisco Alves e seus desdobramentos em São Paulo mostram que a expansão da escola pública elementar criou condições muito favoráveis para a expansão editorial. Mostra também que a perspicácia de seus editores transformou a Livraria Francisco Alves em principal editora do país durante longo período, de modo que

ela ficaria gravada na memória de muitas gerações de brasileiros como sinônimo de livro didático.

Referências bibliográficas

- Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Augusto Siqueira, 1907-1908.
- Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, 1910.
- Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: s/e, 1918.
- Anuário Estatístico do Estado de São Paulo*. São Paulo: s/e, 1942.
- BITTENCOURT, Circe M. F. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de e RANZI, Serlei Maria Fisher (Orgs) *História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- BRAGANÇA, Aníbal Francisco Alves. “A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil”. In: ABREU, Márcia. (Org.) *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras, ABL, São Paulo: FAPESP, 2000.
- _____. *Eros pedagógico: a função editor e a função autor*. Tese (Doutoramento). São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2001.
- _____. “Uma introdução à história editorial brasileira”. In: *Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2002, v. XIV.
- CARDOSO, Cancionila Janzkovski e AMÂNCIO, Lazara Nanci de Barros. “Políticas educacionais e práticas pedagógicas em alfabetização: um estudo a partir da circulação de cartilhas em Mato-Grosso – 1910 a 2001.”, In: LEAHY-DIOS, Cyana. (Org.) *Espaços e tempos de educação*. Rio de Janeiro: C.L. Edições, 2004.
- CARVALHO, Felisberto Rodrigues Pereira de. *Tratado de metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1909.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. “A República, a escola e os perigos do alfabeto” In: PRADO, Maria Lígia Coelho e VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *À Margem dos 500 Anos: Reflexões Irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- CHERVEL, André. “História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.” In: *Teoria & Educação*, 2, 1990.
- CHOPIN, Alain. *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette, 1992.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; NEVES, Helia Maria Vendramini; MELLO, Mirela Geiger de. *Arquitetura escolar paulista: 1890/1920*. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Instrução elementar no século XIX.” In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. 2.e. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FERREIRA, Avany De Francisco, CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão, MELLO, Mirela Geiger de. *Arquitetura escolar paulista: restauro*. São Paulo: FDE, 1998.
- FTD. *FTD 100 anos fazendo o amanhã*. São Paulo: FTD, 2003.
- HALLEWELL, Lawrence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp/T. A. Queirós, 1985.
- _____. _____. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- KUHLMANN JR., Moysés. *As grandes festas didáticas. A educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista, SP: Editora da Universidade São Francisco, 2001.
- LIVRARIA FRANCISCO ALVES. “Histórico da Livraria Francisco Alves seguido de uma relação completa das obras publicadas pela Livraria Francisco Alves: 1854-1954”. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1954.

- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- PFROMM NETTO, Samuel; ROSAMILHA, Nelson e DIB, Cláudio Zaki. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1972.
- Revista pedagógica*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., novembro, n. 1 e n. 2, 1890.
- SÃO PAULO. *Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo*. Atos do Poder Executivo, Decreto 248 de 26 de Julho de 1894, que *Aprova o regimento interno das escolas públicas*, 1894.
- SÃO PAULO. *Notícia sobre o ensino no Estado de São Paulo*. 3º. Congresso de Instrução Primária e Secundária no Estado da Bahia. (Representantes de São Paulo: A. Rodrigues Alves Pereira e Mariano de Oliveira). São Paulo: Typ. Siqueira, Nagel & C., 1913.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.